

Tribunal de Justiça reajusta salário e auxílio-alimentação

Servidores do Judiciário ainda mantêm a mobilização em busca da recomposição das perdas salariais

ERALDO JOSÉ DOS SANTOS

DA REDAÇÃO

Os servidores do Judiciário de São Paulo tiveram o auxílio-alimentação reajustado de R\$ 9,00 para R\$ 25,00 e os salários foram corrigidos em 4,77%. Os novos valores são retroativos a 1º de dezembro, conforme portaria assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Antonio Carlos Viana Santos. A portaria foi assinada no dia 10 último.

Para o presidente da Associação de Base dos Servidores e Funcionários do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, Alexandre dos Santos, a elevação do auxílio, apesar de ser uma conquista, olhada de forma isolada não satisfaz. Isso porque os aposentados não recebem e também não têm direito os servidores em férias ou em tratamento de saúde.

De outro lado o reajuste salarial de 4,77% não é retroativo a

Campanha

127

dias

foi a duração da greve dos servidores, a mais longa da história do Judiciário paulista, para reivindicar a reposição de ganhos que afirmam ainda estar defasados.

4,77

por cento

representa o índice de reajuste concedido pelo Tribunal de Justiça, retroativo apenas a 1º de dezembro.

março, mas sim a dezembro, e não contempla as perdas da categoria. Por isso, segundo o



Expectativa da categoria está na aprovação das emendas para garantir mais recursos para o Judiciário

dirigente, a categoria vai continuar mobilizada para exigir a reposição das perdas salariais.

"A Assojubs ressalta que a luta deve continuar, pois a defasagem salarial da categoria con-

tinua muito grande. Mesmo com os 4,77% a mais deverá atingir cerca de 23% em março

de 2011. Sendo assim, apesar da boa notícia, a categoria não pode se iludir", afirmou Alexandre Santos.

Ele destaca que o aumento do auxílio-alimentação foi uma das reivindicações durante o movimento grevista. "Trata-se de uma conquista da categoria. Mas, os servidores devem lembrar que o auxílio-alimentação não entra nos cálculos salariais para efeito de férias, 13º e aposentadoria", alertou.

ORÇAMENTO

De momento a expectativa fica por conta da aprovação do projeto do Orçamento do Estado (Projeto de Lei 711/2010), que está em tramitação na Assembleia Legislativa (AL).

Embora o Tribunal de Justiça tenha apresentado uma previsão orçamentária de cerca de R\$ 12 milhões, o valor foi reduzido para pouco mais de R\$ 5 milhões, o que compromete a política de salários do TJ.

Ao todo foram apresentadas 11.119 emendas, que estão sendo analisadas pela Comissão de Finanças e Orçamento. Para o Judiciário foram apresentadas 67 emendas. A maioria delas propõe o remanejamento de recursos para pagamento de salários dos servidores. Os trabalhos se concentram na análise do parecer do relator, deputado Bruno Covas (PSDB).